



# Anais da Assembléia

Nº 208

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossori
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Hortício Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Benício Zanusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cantúrio - Hidekazu Takayama - Jílzio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmar Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albonar Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossori; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Celso Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adir - Sônis da Silva - Toti Colapa; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Delfio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Tecky Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Angelo Vanhoni - Flárisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hortício Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 129ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE NOVENBRO DE 1997  
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Boraldin, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademir Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Selame, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Tecchy, José Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltoninho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walnor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2866**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, "Regime de Urgência" para o Projeto de Lei nº 654/97 relativo à Mensagem nº 100/97 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) VALDIR ROSSONI.

**REQUERIMENTO Nº 2867**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, "Regime de Urgência" para o Projeto de Lei nº 655/97 relativo à Mensagem nº 102/97 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) VALDIR ROSSONI.

**REQUERIMENTO Nº 2918**

Senhor Presidente,

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER à Mesa, após oitiva do douto e soberano Plenário, a tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 640/97 que declara de utilidade pública a Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) WALNOR TRENTINI.

**REQUERIMENTO Nº 2925**

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de

suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 078/97, que "torna obrigatória a inscrição da frase "Diga não às Drogas" nos materiais escolares a serem utilizados nas escolas de 1º e 2º graus do Estado do Paraná".

O referido projeto encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça desde 13.03.97.

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) MARQUINHOS ALVES

**REQUERIMENTO Nº 2926**

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 569/97, que outorga ao Sr. Adriano José Valente o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) MARQUINHOS ALVES

**REQUERIMENTO Nº 2927**

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 312/96, que "Cria a Rede Integrada de Transporte Coletivo de Maringá".

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) MARQUINHOS ALVES

**REQUERIMENTO Nº 2928**

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 201/96, que "Autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar o Sistema de Proteção à Vida - SIPROV, nos Postos Rodoviários do Paraná, e dá outras providências."

O referido projeto encontra-se na Diretoria de Apoio ao Plenário desde 17.09.97.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) MARQUINHOS ALVES

**REQUERIMENTO Nº 2936**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 390/97, cuja síntese é a seguinte:

"Integra ao Quadro Próprio das Faculdades de Artes do Paraná - FAP, os atuais professores dos cursos superiores de dança e arte cênica, nela alocados pela Resolução nº 6683 de 31 de março de 1994"

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**REQUERIMENTO Nº 2907**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respectivamente, REQUER a retirada do Projeto de Lei complementar nº 357/97, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, item 13 da Ordem do Dia da presente Sessão, por 18 sessões, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

**REQUERIMENTO Nº 2913**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, na qualidade de Presidente da Comissão do Orçamento, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, prorrogação até o dia 3 de dezembro próximo, o prazo para a entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 492/97, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado,

Curitiba, terça, em 25.11.97

para o exercício de 1998.

Sala das Sessões, em 25.11.97  
(a) CEZAR SILVESTRI.

#### REQUERIMENTO Nº 2935

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja constituída uma Comissão Especial desta Casa, composta de 05 membros, para discutir com o Tribunal de Justiça e órgãos representativos de classe, a elaboração de um novo Regimento de Custas do Poder Judiciário e o Código de Organização e Divisão Judiciária.

Sala das Sessões, em 25.11.97.  
(a) CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

Em razão do atual Regimento de Custas datar de 1970, o qual no curso do tempo sofreu apenas alterações localizadas, faz-se necessária a elaboração de um Regimento de Custas definitivo, motivo pelo qual estamos propondo seja constituída uma Comissão Especial desta Assembleia para debater com as partes interessadas.

#### REQUERIMENTO Nº 2968

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a autorização para representar este Poder no encontro de Deputados que será realizado em Natal, Rio Grande do Norte, nos dias 27, 28 e 29 de novembro do corrente, quando estaremos relatando sobre o funcionamento do Bloco Parlamentar Agropecuario, desta Assembleia.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.11.97.  
(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO Nº 2922

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Voto de Pesar pelo falecimento de Ricieri Resquete ex-Prefeito de Astorga, e de sua esposa, Mirtes Resquete, que foram vítimas de acidente automobilístico, no perímetro urbano de Londrina.

Sala das Sessões, em 25.11.97.  
(a) JOSÉ TAVARES.

#### JUSTIFICATIVA:

Mais que um político de sucesso, Ricieri Resquete, que faleceu tragicamente aos 67 anos, era um empresário empreendedor. Chegou em Astorga no final da década de 40 para instalar sua indústria de refrigerantes. Nunca fugiu do trabalho. Muito pelo contrário o querido Ricieri Resquete dava o exemplo para seus funcionários, trabalhando diuturnamente se fosse preciso para atender a demanda. Tanto que passados quase 40 anos do início das atividades, a sua Rio Branco é uma das maiores empresas fabricantes da Região Norte do Paraná, além de distribuir uma marca nacional de cerveja. Ao lado dele, companheira de todos os momentos, fiel ao juramento da Igreja, "na saúde e na doença, na alegria e na tristeza", a esposa Mirtes, também vítima no mesmo acidente que enlutou todo o município de Astorga.

Dona Mirtes não deve ter aprovado, mas acabou concordando com os sonhos políticos do marido. E com ele esteve presente ao longo da sua vida pública. Ricieri Resquete foi prefeito de sua querida Astorga por duas vezes pela antiga Arena, no período do Regime Militar. Em ambas, ganhou nas urnas do direito de administrar o município, alcançando um expressivo contingente eleitoral. Simpático, bonachão e solidário, Resquete foi o prefeito que a maioria dos moradores de Astorga desejava. Ao ponto de realoá-lo em 1972 para o mesmo cargo. Atualmente filiado ao PFL, embora estivesse longe da vida pública, nunca abandonou a política. A população, velta e meia, queria que disputasse mais alguma eleição. Fiel,

seus eleitores-amigos certamente não o abandonariam. Mas Ricieri Resquete considerava que já tinha dado sua contribuição à Astorga.

De fato, E de forma dupla: como empresário que apostou no município gerando empregos e impostos, e como político que trouxe desenvolvimento e melhor qualidade de vida nas duas questões à frente da prefeitura. Estamos todos enlutados com o desaparecimento do casal Ricieri e Mirtes Resquete.

Na qualidade de Deputado Estadual representante de Astorga lamento profundamente o ocorrido e me solidarizo com toda a população por esta perda irreparável. À família especialmente os dois filhos, todo nosso sentimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2924

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o soberano Plenário REQUER a inserção em Ata de um Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Vereador Luiz Zanchin, ocorrido no último dia 22 no município de Sarandi.

Vítima de ações de marginais, aos 44 anos de idade faleceu o Vereador Luiz Zanchin, que estava no exercício de seu primeiro mandato na Câmara Municipal daquele município. Homem companheiro e muito conhecido na cidade, Luizão era considerado um vereador combativo e polêmico.

Vereador atuante, sempre presente às sessões da Câmara discutindo projetos e assuntos de interesse da comunidade, teve sua atuação reconhecida pelas atividades assistenciais que desenvolvia, principalmente em benefício da população mais carente.

Cumpra esta homenagem, o dever de prestar tributo à vida de Luiz Zanchin, cujos esforços foram emprestados incansavelmente ao Progresso e crescimento de Sarandi.

REQUER ainda, que do presente se dê ciência à família enlutada, ao Vereador Cilas Souza Moraes - Presidente da Câmara Municipal e ao Senhor Júlio Bifon - Prefeito Municipal de Sarandi.

Sala das Sessões, em 25.11.97  
(a) JOEL COIMBRA.

#### REQUERIMENTO Nº 2930

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Luiz Zanchin, ocorrido no último sábado, dia 22 de novembro.

REQUER ainda que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.11.97.  
(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Luiz Zanchin desempenhava na cidade de Sarandi o seu primeiro mandato como Vereador.

Foi eleito nas últimas eleições pela legenda do PPS, quando obteve 440 votos.

Luiz Zanchin, era casado, tendo deixado dois filhos.

Foi Presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos de Sarandi.

Luiz Zanchin foi assassinado defronte à sua residência, quando retornava da igreja. Sua morte chocou a população de Sarandi e em especial moradores do Bairro Parque São Pedro, onde residia. Luiz Zanchin, mais conhecido em Sarandi por "Luizão", contava apenas 44 anos de idade.

Aos seus familiares registramos nesta Casa os mais sinceros votos de profundo pesar.

#### REQUERIMENTO Nº 2931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ricieri Resquete e sua esposa Mirtes.

tes Resquete, em acidente automobilístico.

REQUER ainda que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) BASÍLIO ZANUSO

**JUSTIFICATIVA:**

O passamento do casal Mirtes e Ricieri Resquete abalou a população de Astorga, cidade da qual Ricieri Resquete foi Prefeito Municipal por duas vezes: De 1964 a 1968 e de 1972 a 1976.

Ricieri Resquete residia em Astorga há quase 50 anos onde ali instalou em 1949 uma indústria de refrigerantes, que hoje é uma das maiores indústrias da região.

Filiado ao P.F.L., Ricieri fazia parte do Diretório do PFL naquele município, além de participar de outras entidades sociais, como o Rotary Clube. Ricieri era muito benquisto graças ao seu caráter, sua honestidade e como exemplar chefe de família.

Pelo seu comportamento como empresário e como político entendemos ser das mais justas a homenagem póstuma que esta Casa Legislativa presta-lhe e à sua esposa, fazendo consignar em seus anais este voto de profundo pesar.

**REQUERIMENTO Nº 2860**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata do Poder Legislativo: "Votos de Congratulações e Aplausos" a delegação de Imprensa Libanesa da Revista Al-Hader do Líbano em missão no Brasil, na pessoa de seus diretores: Nabil Habbaki e Julia Nader.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) CESAR SELEME.

Apoiamento: Aníbal Khury.

**JUSTIFICATIVA:**

A delegação de imprensa da Revista Al-Hader do Líbano, está no Brasil para manter contato com os imigrantes daquele país, sobre a atuação dos "Homens do Cedro" nas diversas atividades desenvolvidas no nosso território, como sejam políticas, culturais, artísticas e empresariais.

**REQUERIMENTO Nº 2864**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja registrado: nos anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Município de Ivaiporã - PR, alusivo ao seu 36º Aniversário de Emancipação Política, comemorado no último dia 19 de novembro.

REQUER ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Roberto Balbino da Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Praça dos Três Poderes s/nº, CEP 86870-000, Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) ORLANDO PESSUTI.

**REQUERIMENTO Nº 2865**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja registrado: nos anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Município de Ivaiporã - PR, alusivo ao seu 36º Aniversário de Emancipação Política, comemorado no último dia 19 de novembro.

REQUER ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Luiz Pereira, através de correspondência a ser encaminhada à Praça dos Três Poderes s/nº, CEP 86870-000, Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 2869**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Pl-

nário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Congratulações e Aplausos ao Professor Carlos Roberto Antunes dos Santos, pela sua eleição para a Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Professor Carlos Roberto Antunes dos Santos.

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

**JUSTIFICATIVA:**

A Universidade Federal do Paraná é sem dúvida, a pedra angular da sociedade paranaense.

De todas as instituições de ensino do país, é aquela que mais dignifica o homem e mais se aproxima da perfeição.

O ensino, porém, para ser eficiente, necessita de sacerdotes. E estes são os Professores.

Quão nobilitante e digno é esse sacerdócio. Do professor e da direção da nossa Universidade dependem o bem-estar e a paz da sociedade.

Bem inspirados andaram os participantes e eleitores da Comunidade Universitária ao escolherem o Professor Carlos Roberto Antunes dos Santos para reger os destinos da Reitoria da nossa Universidade Federal do Paraná. Mestre exornado dos mais peregrinos dotes de inteligência, conhecedor profundo da arte de educar e administrar, ninguém como o Professor Antunes estaria em condições de ocupar tão honroso cargo.

Temos, porém, a convicção de que os destinos daquele templo de educação estão entregues a mãos seguras.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, congratula-se pela feliz escolha e associa-se a todos os membros da Universidade Federal do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 2872**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, Voto de Congratulações, aos Senadores da República, que se manifestaram favoravelmente à liberação dos empréstimos internacionais ao Paraná, que estavam bloqueados na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) VALDIR ROSSONI

**JUSTIFICATIVA:**

O voto de congratulação se faz ante a conscientização da importância da liberação de tais recursos para o interesse da população do Estado do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 2876**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Jocelito Canto, pela doação de área para construção do Fórum Trabalhista de Primeiro Grau de Ponta Grossa.

Atos como este demonstram que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário podem atuar em sintonia, na defesa dos mais altos interesses das coletividades municipais, estaduais e federais.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Prefeito Jocelito Canto, sito na Av. Visconde de Taunay - 950, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO Nº 2877**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Congratulações aos Professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ari Nora Guimarães Filho e Antônio Carlos Frasson, pela organização e coordenação do IX Simpósio de Educa-

ção e Desportos do Sul do Brasil, realizado em Ponta Grossa.

O Simpósio promoveu debates do mais alto nível e de interesse da comunidade identificada com o esporte.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos Professores Ari Noca Guimarães Filho e Antônio Carlos Frasson, sito na Rua Prof. H. Ditzel - 204 e Rua Frei Caneca - 417 - Ap. 11, respectivamente, ambos em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2878

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Congratulações aos Departamentos de Odontologia e Farmácia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), pela obtenção do 1º lugar do prêmio NAF AWARD no XVI Congress of International Association of Paediatric Dentistry, realizado em Buenos Aires, e também o 1º lugar no XVI Congresso da Sociedade Brasileira de Periodontia.

O trabalho foi desenvolvido por professores dos Departamentos de Odontologia e Farmácia da UEPG e tem como objetivo utilizar plantas medicinais para reduzir as placas bacterianas e doenças da gengiva, principalmente em adolescentes.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos Departamentos de Odontologia e Farmácia da UEPG, em nome de seus respectivos chefes, bem como a todos os professores envolvidos no trabalho, sito na Praça Santos Andrade, s/n, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2881

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Congratulações ao Secretário Municipal de Indústria e Comércio de Ponta Grossa, Herculano Lisboa, pelos esforços em prol da instalação da fábrica de canetas no Município de Ponta Grossa.

O protocolo de intenções entre a fábrica de canetas FP Seven e o Município já está pronto. Para sua assinatura só depende a conclusão da documentação de constituição da empresa em Ponta Grossa, que se chamará Alba Pontagrossense de Canetas.

A escolha por Ponta Grossa levou em consideração uma série de fatores, entre eles, a sua localização estratégica e a proximidade dos grandes centros consumidores, além das vantagens econômicas e sociais.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Secretário Municipal de Indústria e Comércio de Ponta Grossa, Herculano Lisboa, sito na Rua Vicente de Taunay - 950, em Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2882

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos Trabalhos, de Voto de Congratulações ao Município de Palotina, que no próximo dia 03 de Dezembro completa 36 anos de emancipação política.

REQUER ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada ao Prefeito Municipal de Palotina, Valmor Antonio Burin, na sede da Prefeitura Municipal, CEP:85.950-000.

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) BETO RICHIA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Palotina começou a sua história há pelo menos duas décadas antes de sua efetiva criação. A

partir da criação do Estado do Iguaçu, em 1943, toda aquela região começa a esboçar as fronteiras dos atuais municípios. Tendo como característica principal a extração de mate e madeira, toda a extensa região despovoada do Oeste paranaense tornou-se um problema para as autoridades estaduais da época. Para estimular o povoamento da região, foi necessário cassar antigas concessões de terras feitas a companhias que privilegiaram o desmatamento em detrimento da colonização.

Com o Estado Novo de Getúlio Vargas, deflagrou-se a campanha "Marcha para o Oeste" e através da colonizadora Pinho e Terras Ltda. começam a chegar na região agricultores descendentes de alemães e italianos para investir na terra roxa. A primeira denominação do povoado formado por rio-grandenses e catarinenses foi Nova Iporã, mudando mais tarde para Palotina numa homenagem aos padres palotinos, que estiveram presentes com seu apoio, desde que foram derrubadas as primeiras árvores pelos pioneiros.

Elevado à condição de distrito administrativo em 20 de abril de 1954, somente em 03 de dezembro de 1961 se deu a instalação oficial. Com uma história repleta de pioneiros como Alberto Dalcanalle, acionista da Colonizadora Pinho e Terras Ltda. e presidente da Braviaco, Palotina chega aos 36 anos em condições de proporcionar aos seus 26 mil habitantes toda uma infra-estrutura econômica e social para enfrentar os desafios do novo século.

Atualmente, o Município de Palotina possui um campus avançado do setor de agrárias da Universidade Federal do Paraná, o que cria novas oportunidades para os palotinos que desejam aperfeiçoar seus conhecimentos de acordo com a realidade local e permanecer no município para colocá-los em prática.

A inauguração do Complexo Avícola da Copervale (Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri) impulsionou a economia da região. São cinco grandes unidades com capacidade para abater 150 mil frangos por dia. O matizaire, onde serão produzidos os ovos, tem controle automático de temperatura, umidade, luz, fornecimento de água e ração, além do incubatório com capacidade para 6 milhões de pintinhos por mês. O volume de ICMS gerado pela CO- PERVALE está estimado em R\$ 10 milhões e será rateado entre os municípios que integram a área de ação da CO- PERVALE.

Para o próximo ano, Palotina será a sede do terceiro moinho - da Cotriguaçu - em volume de produção instalados no Paraná, gerando centenas de empregos diretos e milhares de indiretos. Com estes dois novos investimentos, Palotina se transformará na mais importante cidade da 13ª microrregião AMOP.

Vivendo uma possibilidade concreta de crescimento nos próximos anos, a atual administração municipal, que tem à frente Valmor Antonio Burin e equipe, lança a semente do desenvolvimento econômico sustentado, com preocupação com o meio ambiente e qualidade de vida de seus habitantes.

Por estas razões, a população de Palotina merece desta Casa de Leis o aplauso e a homenagem aqui propostos, como forma de incentivar grandes realizações para o município, que com certeza, deve servir de exemplo a outras localidades do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2886

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos Trabalhos nesta Casa Voto de Congratulações pelo transcurso do 36º Aniversário de instalação do Município de Pérola D' Oeste, no próximo dia 27 de novembro.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento ao Exmo. Sr. Cezário Engels, DD, Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e à Associação Comercial, Industrial e Agropecuária do referido Município.

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A estabilidade cultural, social e econômica de Pérola

d'Oeste se deu a partir de 1948, quando diversas famílias, vindas especialmente do Rio Grande do Sul, ali se fixaram.

Os colonos pioneiros sofreram diversas agruras, por conta de disputas agrárias, com tristes episódios de humilhações, lutas e mortes, culminando com um levante dos posseiros, em 1957, e a expulsão das companhias espoliadoras.

Paralelamente, o povoado se desenvolveu e, coincidindo com o ano do levante dos posseiros, em 30 de dezembro, foi criado o Distrito Administrativo de Pérola. Pela Lei Estadual nº 4.348, de 11 de abril de 1961, o núcleo foi elevado à categoria de Município, tendo sua denominação alterada para Pérola d'Oeste.

Atualmente, Pérola d'Oeste tem sua economia baseada na agricultura e gado de corte.

Nesta oportunidade em que o município comemora seu 36º aniversário, não podemos deixar de cumprimentar as autoridades e a população em geral desse município, que souberam enfrentar com coragem e galhardia as dificuldades dos primeiros anos.

#### REQUERIMENTO Nº 2887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos Trabalhos desta Casa, voto de congratulações pela passagem, no próximo dia 29 de novembro, do 36º Aniversário da Instalação do Município de Dois Vizinhos.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento ao Exmo. Sr. Dr. Jaime J. Guzzo, DD, Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e à Associação Comercial e Industrial de Dois Vizinhos, respectivamente.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Por volta de 1941, um grupo de colonizadores vindos de Coronel Vivida chegava à região, fundando a Vila Nossa Senhora do Rosário, denominação esta posteriormente alterada para Dois Vizinhos, em função do Rio Chopim e afluentes.

De maneira geral, pode-se afirmar que a economia ervateira, madeireira e a suinocultura contribuíram de forma decisiva para a consolidação do povoado. Muitos colonos, antigos posseiros, sofreram muito nas mãos de jagunços sanguinários, que espalhavam o pânico e terror entre os ocupantes das terras.

Dois Vizinhos tornou-se Distrito Administrativo em 1953 e, em 25 de julho de 1960, pela Lei nº 4.245, sancionada pelo então Governador Moysés Lupion, foi elevado à categoria de Município, cuja instalação oficial deu-se em 28 de novembro de 1961.

O Município passou a ser sede de Comarca em 15 de julho de 1968 e encontra-se em vias de ser elevado à Entância Intermediária.

Município em franco desenvolvimento, fruto do trabalho e empenho das autoridades constituídas e do povo em geral, Dois Vizinhos merece, sem dúvida nenhuma, os parabéns deste Parlamento, pela passagem de seu 36º Aniversário.

#### REQUERIMENTO Nº 2888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos Trabalhos desta Casa, voto de congratulações pelo transcurso, no próximo dia 28 de novembro, do 36º Aniversário de instalação do Município de Ampére.

Requer, outrossim, que se dê ciência deste requerimento ao Exmo. Sr. Flávio José Penso, DD, Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e à Associação Comercial e Industrial do referido Município.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A qualidade do solo e a abundância da terra foram os principais fatores de atração do movimento migratório de famílias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul que se deslocaram para formar o povoado de Ampére.

No forte da exploração madeireira, foram instaladas na região inúmeras indústrias, provocando profundas mudanças na estrutura social, inclusive dando início ao êxodo rural.

Em 11 de abril de 1961, pela Lei Estadual nº 4.348, o Distrito foi elevado à categoria de Município, com território desmembrado de Capanema e Santo Antonio do Sudoeste, sendo instalado oficialmente em 28 de novembro desse mesmo ano.

Atualmente, Ampére é um dos municípios que se encontra em franco desenvolvimento, contando com inúmeras indústrias na área moveleira, além de ter sua economia diversificada também no setor agrícola, suinocultura e gado de corte.

Parabéns, pois, ao Município, às autoridades constituídas e aos amperenses, pela passagem de mais um aniversário.

#### REQUERIMENTO Nº 2889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos anais da presente Sessão, de votos de congratulações à Professora Taeko Ishida Oyama, que há 32 anos se dedica a difusão da língua e cultura japonesa no Paraná.

Outrossim, requeiro, que da decisão da Casa seja dada ciência à homenageada.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) JÚLIO ANDO

#### JUSTIFICATIVA:

Taeko Ishida Oyama, nasceu em 03 de dezembro de 1936 em Nagoya na Província de Aichi, no Japão.

Formou-se no Curso Superior de Corte e Costura da Academia Itô, em Nagoya, no ano de 1957.

Em 1959, imigrou para o Brasil, para a Cidade de Guaíra em nosso Estado, para se casar com Masanobu Oyama, funcionário do Horto Experimental de Guaíra, iniciando em 1964 seu trabalho como professora de língua japonesa na Escola Internacional de Guaíra, onde lecionou por 3 anos.

No ano de 1968 mudou-se para Curitiba, vindo a naturalizar-se brasileira.

Fundou em março de 1969 o Curso de Japonês Bom Jesus na Paróquia Bom Jesus para preservar e divulgar a língua japonesa, fazendo ainda um trabalho de catequização dos descendentes japoneses. Além do ensino da língua, o curso promovia acampamentos semestrais, gincanas esportivas, festas de encerramento de ano com apresentações de danças, cantos e teatro visando uma formação integral do ser humano.

Paralelamente a essas atividades, com a orientação e ajuda das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus e alguns seminaristas Xaverianos, o curso ministrava aulas de religião e catequese para os alunos e seus familiares preparando-os para a Primeira Comunhão e Crisma.

Para maior integração entre a escola e a comunidade de Curitiba, juntamente com o Frei Paulo Tanaka, promoveu encontros católicos, além de ajudar nas missas da Pastoral Nipo-Brasileira.

Esta figura feminina continuou se projetando, participando de cursos de aperfeiçoamento no Japão; do planejamento e elaboração de cursos de ensino e pesquisa da língua japonesa; fundando escolas e cursos de língua japonesa no Paraná e em São Paulo; participando ainda do Quarto ensaio "Linha visão a respeito do ensino da língua japonesa, baseado na experiência diária".

Recebeu da Aliança Cultural Brasil-Japão o merecido Diploma pela dedicação ao ensino na área da Cultura Japonesa, bem como o Diploma por ter trabalhado em prol da educação e divulgação da Língua e Cultura Japonesa, concedido pelo Consulado Geral do Japão.

Atualmente ministra aulas de língua japonesa e prepara alunos para trabalhar e estudar no Japão.

Com o objetivo de homenagear esta figura feminina que tanto vem se projetando em nossa vida social, é que queremos manifestar, através destes votos de congratulações, o nosso reconhecimento a quem contribui cada vez



mais com a formação de personalidade e o crescimento do ser humano.

#### REQUERIMENTO 2890

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Casal Aracy Pfilano Givardelo e Romualdo Givardelo, que completará 50 anos de união conjugal em 20.12 do corrente, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO 2891

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Casal Edivilda Fedato Krauntskeche e Arnaldo Krauntskeche, que completará 50 anos de união conjugal em 20.12 do corrente, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO 2896

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Casal José e Alexandrina Nogoceke, que completou 50 anos de união conjugal em 22.11 do corrente, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2901

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Município de Guamiranga representado

pelo Prefeito Municipal, Sr. Angelo Machado do Nascimento; pela passagem, neste dia 24.11.97, pelo seu 1º ano de emancipação política.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Guamiranga foi criado pela Lei nº 11.203, de autoria deste Parlamentar, atendendo o clamor de uma população laboriosa.

Cidade de povo hospitaleiro, economia voltada para a agricultura, encontra-se na sua primeira administração, formando a base de um futuro promissor.

Embora seja um município pequeno em seu porte, Guamiranga engrandece o Paraná pelo grande valor de seu povo.

Parabéns Guamiranga!

#### REQUERIMENTO Nº 2902

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo: votos de congratulações e aplausos ao Município de Campo do Tenente, pelos 36 anos de emancipação política, comemorados no último dia 29 de outubro.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) CÉSAR SELENE

#### JUSTIFICATIVA:

O vizinho Município de Campo do Tenente, há 36 anos emancipado, conta atualmente com 5.850 habitantes, que sob o comando do prefeito senhor Reinaldo Afonso Pereira, desenvolvem o crescimento desta, principalmente na agricultura, que é a base e equilíbrio da população, produzindo milho, feijão, gado, fumo e outras culturas necessárias.

#### REQUERIMENTO Nº 2903

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo: votos de congratulações e aplausos ao Município de Antonio Olinto, pelos 36 anos e emancipação política, comemorados no último dia 24 de outubro.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) CÉSAR SELENE

#### JUSTIFICATIVA:

No último dia 24.10.97, o vizinho Município de Antonio Olinto, comemorou seus 36 anos de emancipação política dedicados à sua crescente população de 8.165 habitantes, na sua maioria radicados no interior como produtores agrícolas, destacando como principal renda o fumo, o gado, o milho, feijão e outras culturas que são o alicerce de sua população, sob a direção do prefeito senhor José Ambrósio Soares da Veiga, rumo ao ano 2000.

#### REQUERIMENTO Nº 2904

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo: votos de congratulações e aplausos, ao Município de Tijucas do Sul, pelos 45 anos de emancipação política, comemorados no dia 14 de novembro.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) CÉSAR SELENE

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Tijucas do Sul, situado na Região Metropolitana, dista a 55 Km da Capital, teve a sua emancipação política no dia 14.11.51, possui atualmente 11.565 habitantes, contando com vários setores em franco desenvolvimento, principalmente na área de turismo, comércio e indústria vem sendo conduzida sabiamente pelo prefeito Antenor Batista Rocha, em sua segunda gestão à frente daquela prefeitura.

#### REQUERIMENTO Nº 2905

Senhor Presidente.

C Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo: votos de congratulações e aplausos ao Município de Ubiratã, pelos 36 anos de emancipação política, comemorados no dia 04 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) CÉSAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

No dia 04.11.97, o Município de Ubiratã comemorou seus 36 anos de emancipação política, caminhando ao rumo do ano 2000 e desportando no cenário estadual, como cidade direcionada à industrialização, tendo sua localização privilegiada pela BR-369 e fazendo parte do anel de integração do programa do Governador Jaime Lerner, sob o comando do experiente prefeito senhor Isidro de Lima, em sua segunda gestão.

#### REQUERIMENTO Nº 2909

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Paula Freitas pela passagem do seu 33º aniversário de emancipação política, no próximo dia 08 de dezembro/97.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Waldemar Antonio Capeleti, Prefeito Municipal, ao Senhor vice-Prefeito, Gelson Levy Olivetti, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A hospitaleira Cidade de Paula Freitas, estará no próximo dia 08 de dezembro/97, comemorando seus 33 anos de emancipação política.

O Município de Paula Freitas, que hoje, graças a «co-operação de sua população unida, contando também com o espírito de patriotismo de seus administradores de todos os tempos, está conseguindo invejável progresso ao longo desses 33 anos.

Toda a população é digna do nosso respeito e admiração pelo muito que têm feito em prol do crescente progresso do município.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeniza toda a comunidade de Paula Freitas pela bravura com que vem enfrentando as dificuldades que, bem sabemos, são inúmeras, mas com muito trabalho e perseverança será recompensada.

#### REQUERIMENTO Nº 2914

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com votos de congratulações ao Prefeito Municipal de Renascença, senhor José Krestiniuk, pela passagem de emancipação política do município, dia 29 de novembro de 1997.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Renascença.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Os primeiros moradores do atual Município de Renascença, foram caboclos paranaenses, que acabaram vendendo suas antigas posses de terras à colonos gaúchos e catarinenses. Estas famílias de salistas migraram em massa para esta região, a partir da década de trinta.

O primeiro núcleo de colonização se chamava Vargem Bonita e aos poucos transformou-se em progressista povoação. Parte dos moradores da Vargem Bonita passaram por situações constrangedoras, por ocasião dos letígios agrários, ocorridos nesta região na década de cinquenta e que culminou com o levante dos posseiros, no

ano de 1.957.

Em 1.951, o povoado de Vargem Bonita foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, com território pertencente a Clevelândia. Em 25 de julho de 1960, através da Lei Estadual nº 4.245, que foi sancionada pelo Governador Moysés Lupion, foi criado o município com denominação alterada para Renascença e território desmembrado dos municípios de Clevelândia e Pato Branco. A instalação oficial deu-se no dia 29 de novembro de 1.961.

Renascença é um dos poucos municípios colonizado por paranaense. Isso faz com que mereça um destaque especial, afinal é a partir daí que se inicia a real tradição e costumes do nosso Estado.

Hoje, ao convivemos em meio ao progresso, fica difícil imaginarmos as dificuldades enfrentadas pelos colonizadores que lançaram os primeiros passos que possibilitaram estes avanços. Os municípios, tiveram a grande incumbência de iniciar a marcha que resultou nesse Estado pujante, cuja pujância hoje é reconhecida nacionalmente.

Renascença faz parte daqueles municípios a quem podemos prestar nossos agradecimentos por tudo o que ele representa ao Paraná. Através da agricultura forte, ao longo dos anos, tem contribuído com o sustento de nossos irmãos espalhados nas mais longínquas distâncias.

Assim, parabenizando a comunidade pela passagem desta data importante, estamos na realidade incentivando Renascença a dar continuidade aos relevantes trabalhos prestados.

#### REQUERIMENTO Nº 2921

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Município de Inácio Martins representado pelo Prefeito Municipal Sr. Silvino Pasqualin; pela passagem, neste dia 25.11.97, dos seus 37 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

Antes que as primeiras famílias pioneiras lançassem suas sementes nesta terra especial, outros povos habitavam-na da mesma forma plantavam e colhiam, caçavam, pescavam e criavam seus filhos nas belas faxinas de outorá. Eram os Camés, Dorins e os Votorões.

A partir de 1771, a ocupação da região pelo homem branco foi se intensificando e seus antigos ocupantes empurrados sertão adentro.

Os fundamentos históricos da colonização de Inácio Martins datam do ano de 1892, quando as famílias Stresse, Schleder e Martins ali se estabeleceram. Estes desbravadores se lançaram, com notável empenho para dar estabilidade econômica e social ao lugar que escolheram para morar, uma região agradável, de bom clima e terras férteis.

A primeira denominação foi Guarapuavinha, em função da proximidade com a Cidade de Guarapuava, dos laços comerciais e de origem, além de estarem inseridas nos campos que levam esta denominação.

O município foi criado em 25 de julho de 1960, pela Lei Estadual nº 4.245, sancionada pelo governador Moysés Lupion, com denominação alterada para Inácio Martins e território desmembrado do Município de Guarapuava.

A instalação oficial deu-se em 25 de novembro de 1961, sendo seu primeiro prefeito municipal, Sr. Aragão de Mattos Leão.

Embora seja um município pequeno em seu porte, Inácio Martins engrandece o Paraná pelo grande valor de seu povo.

Parabéns Inácio Martins!

#### REQUERIMENTO Nº 2923

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de congratulações ao Jornalista Rafael de Lala, pelo trabalho realizado à frente da Associação Paranaense de Imprensa - API.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) JOSÉ TAVARES



Curitiba, terça, em 25.11.97

# JUSTIFICATIVA:

Funcionando como entidade aglutinadora dos profissionais de imprensa de todo o Paraná, a Associação Paranaense de Imprensa - API, teve na figura do Jornalista Rafael de Lala a mota propulsora para que suas atividades fossem retomadas. Fundada décadas atrás, a API ficou desativada por muitos anos, até que alguém empreendedor e com disposição para trabalhar, decidisse reativá-la. E foi o que o Jornalista Rafael de Lala se propôs fazer. Da idéia inicial, partilhada por um grupo de outros profissionais de imprensa, surgiu a reorganização da API. Da diretoria formada, a presidência natural recaiu sobre o nome de Rafael de Lala, uma homenagem justa a quem acreditou que seria possível reativar a API. Durante sua gestão, que agora se encerra, Rafael de Lala foi incansável. Batalhou pela participação, e mais do que isso, pelo reconhecimento da entidade pelos colegas de classe e também pelos empresários do setor de comunicação. Trouxe para a API os jornalistas e a classe patronal, todos ligados à imprensa. Profissionais de rádio, televisão e jornal passaram a ter uma entidade voltada para o aprimoramento do trabalho em seus respectivos veículos.

Foi sob a batuta de Rafael de Lala que a API trouxe políticos e empresários importantes do Paraná e no Brasil para falar de questões relevantes no cenário nacional. A realização de eventos como seminários e encontros para debater assuntos de interesse da categoria, foram outra forma de colocar a API à serviço dos jornalistas. Rafael de Lala não descuidou-se, na presidência, de prestigiar também os estudantes de Comunicação, buscando um entrosamento com aqueles que já atuam na área.

Depois deste período fértil, em que firmou novamente o nome da API, trazendo-lhe credibilidade, Rafael de Lala passa a batuta para outro colega não menos capacitado, o Jornalista Bernardo Bittencourt. Agora no Conselho Consultivo da API, Rafael de Lala sai das luzes dos refletores e passa a atuar nos bastidores, mas sempre como figura de proa nas atividades da API.

## REQUERIMENTO Nº 2929

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Engenheiro Beltrão, pela passagem de seu aniversário de Emancipação Política a ser comemorado hoje, dia 26 de novembro.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Dalpont, DD. Prefeito Municipal (Rua Manoel Ribas, 160); ao Vereador Wilson Rotta, DD. Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160 - CEP: 87.270-000).

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) NELSON GARCIA

## REQUERIMENTO Nº 2938

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à TELEPAR pela passagem dos 34 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Álvaro Dias, Presidente da TELEPAR, para que receba e transmita aos Diretores, bem como aos funcionários e colaboradores, o reconhecimento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

A comemoração dos 34 anos de fundação da TELEPAR transcende ao âmbito do Paraná, porquanto esta empresa é considerada modelo nacional e nestes trinta e quatro anos de atividades desenvolveu um trabalho que revolucionou o sistema de telecomunicação no Paraná e serviu e serve de base para muitas outras empresas similares.

A TELEPAR tem hoje na atual administração sob a

Presidência de Álvaro Dias, um quadro técnico da mais alta qualificação e um corpo de funcionários treinados e orientados exemplarmente para a prestação dos serviços, que a empresa se dedica, ao usuário paranaense. A eficiência tecnológica acompanha os avanços internacionais, fato este que se traduz em excelentes condições de atendimento às necessidades modernas das empresas, das instituições e do público em geral - posto que a telecomunicação hoje é uma das principais bases para o desenvolvimento nacional.

Como todas as empresas brasileiras a TELEPAR também enfrenta os problemas conjunturais, mas, apesar disso tem crescido nesta administração, significativamente para cumprir as metas principalmente em melhoria tecnológica e ampliação do sistema telefônico paranaense. O Paraná é hoje um dos Estados mais bem servidos em telecomunicação, atendendo todos os centros urbanos e alcançando também as áreas rurais - graças a programas específicos da direção da empresa.

Esses fatos comprovam, portanto, a capacidade de sua atual Diretoria e o trabalho incansável da empresa como um todo. 34 anos pode ser um espaço considerável de tempo, todavia, se analisarmos o trabalho que está sendo desenvolvido percebe-se que a TELEPAR está hoje num estágio excelente. Portanto, 34 anos dado ao progresso conseguido pela empresa e pelo que ela representa na evolução das telecomunicações, é um lapso de tempo pequeno. Sinal que a TELEPAR vem atuando com extraordinária agilidade e elogiável eficiência gerencial.

Empresa modelo, padrão de telecomunicações, orgulho paranaense, merece a TELEPAR, deste Poder Legislativo, por intermédio deste Deputado, as mais efusivas congratulações.

## REQUERIMENTO Nº 2939

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à TV Paranaense - Canal 12, pela conquista do troféu "MAIOR E MELHOR".

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da TV Paranaense Canal - 12, para que receba e transmita a todos os Diretores, Jornalistas, técnicos e colaboradores a homenagem sincera do Poder Legislativo Paranaense, por intermédio do Deputado signatário deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

A Televisão, pelo seu poder visual é sem dúvida, um dos mais eficientes meios de comunicação social quando se trata de mostrar as coisas belas, para as quais se torna difícil encontrar palavras que as descrevam com tanta facilidade, impacto e emoção.

A Rede Paranaense de Televisão, comandada pelo Empresário e Jornalista, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, vem se constituindo ao longo do tempo em testemunho da evolução e do crescimento do nosso Estado. E, mais que isso, vem cumprindo exemplarmente seu papel de veículo divulgador da nossa gente e das nossas belezas naturais.

É um reflexo do espírito paranista de seu diretor, um homem de rara sensibilidade, de profundo amor a esta terra e uma vontade de contribuir para que o Paraná seja cada vez mais divulgado, mais conhecido, mais rapidamente respeitado.

O Dr. Francisco tem demonstrado sempre preocupação em fazer com que a TV Paranaense - Canal 12 e suas filiais do interior promovam a divulgação dos valores culturais do Paraná.

A conquista do troféu "MAIOR E MELHOR empresa do Setor de comunicação do Paraná, do Sul do Brasil e ainda do Brasil", cujos prêmios cumulativos foram disputados entre as melhores empresas do país, anche de orgão a todos os paranaenses, pois dentro deste quadro de

liderança a TV Paranaense - Canal 12 recebeu também o "PRÊMIO DESEMPENHO".

São conquistas como estas, que a cada dia renovam em nós o amor ao nosso Paraná e estimulam a todos os paranaenses a um trabalho contínuo e em conjunto com a TV Paranaense - Canal 12, em favor deste grande Estado e de sua gente maravilhosa.

#### REQUERIMENTO Nº 2940

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Manguaerinha pela passagem do seu 51º aniversário de emancipação política no próximo dia 30.11.97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Elídio Zimmerman de Moraes, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Senhor Sebastião Brandão Chaves, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Manguaerinha.

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição queremos prestar nossa sincera homenagem de gratidão e reconhecimento a toda a população de Manguaerinha em prol do progresso cada vez balhando diuturnamente em prol do progresso cada vez maior do seu município.

Manguaerinha, muito bem administrada pelo Senhor Elídio Zimmerman de Moraes que, através de um trabalho sério e honesto e contando com o apoio dos Senhores Vereadores e de seus municípios, vem desenvolvendo com eficiência tudo o que planejou anteriormente, dando continuidade, com absoluta segurança, ao trabalho também honesto e eficiente do ex-Prefeito Municipal Miguel Carlos Roberto Aguiar e seu ex-vice-Prefeito Senhor João Dorina.

Praticar a política, a sã política, é abraçar o sacrifício. Para tanto, são requeridas daquele que a ela se entrega qualidades incomuns de coragem e abnegação aliados a uma inteligência esclarecida e conhecimento profundo dos problemas sociais e administrativos do município, como aconteceu e acontece com Manguaerinha para felicidade de seu povo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a toda a população de Manguaerinha que acredita num futuro próspero para o município, o seu reconhecimento e admiração.

#### REQUERIMENTO Nº 2934

Senhor Presidente,

O Deputado que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Senhor Comandante da Polícia Militar e ao Senhor Comandante da Polícia Rodoviária, solicitando o retorno da bota e do culote na indumentária da Polícia Rodoviária do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) MARQUINHOS ALVES.

#### JUSTIFICATIVA:

A falta destas duas peças tem desagradado a maioria dos soldados dessa Corporação, uma vez que ambas eram de grande utilidade para seu trabalho nas rodovias estaduais.

#### REQUERIMENTO Nº 2861

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Herwig, Mui digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de uma Rotatória na Rodovia PR-479, denominada Luiz Vitorino Marques, na altura do Bairro Maquininha na curva localizada na entrada que dá acesso ao Bairro dos Morreos, 17, 31 e 34 no Km. 03, em Moreira Sales.

Do aprovado REQUER ainda, seja comunicado ao Senhor Carlos Cila de Andrade, Mui Digno Prefeito Municipal (Rua Maria Ferreira da Cruz, 550); aos Vereadores José Messias Andreta, Presidente da Câmara Municipal; Valdecir da Silva e Francisca A. de Oliveira Santos.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) NELSON GARCIA.

#### JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão é uma antiga aspiração daquela população, e foi formulada através dos Vereadores José Messias Andreta, Valdecir da Silva e Francisca A. de Oliveira Santos, do Legislativo Municipal de Moreira Sales.

Conforme justificativa, é de fundamental importância a construção de uma rotatória no referido local, uma vez que na curva foram registrados vários acidentes, inclusive com vítimas fatais. A curva é muito fechada e oferece pouca visibilidade aos motoristas.

Diante destas condições, e preocupados com a segurança da população, pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

#### REQUERIMENTO Nº 2862

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jonel Nazareno Iurk, Mui Digno Superintendente do IBAMA, solicitando a instalação do Escritório Central de Administração do Parque Nacional de Ilha Grande, no Município de São Jorge do Patrocínio.

A proposta fundamenta-se no expediente nº 268/97 da Prefeitura Municipal de São Jorge do Patrocínio, onde justifica que o Município está situado às margens do Rio Paraná, limite com o Estado do Mato Grosso do Sul, portanto, uma localização estrategicamente centralizada ao referido Parque.

Do aprovado REQUER ainda, seja comunicado ao Senhor Claudio Palozi, Digníssimo Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio (Rua R'el, Cândido Rondon, 164), CEP 87.555-000.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) NELSON GARCIA

#### Ofício Nº 268/97

São Jorge do Patrocínio, 03 de Novembro de 1997  
Prezado Senhor:

No dia 30 de setembro de 1997, foi decretado pelo Presidente da República em exercício, Marco Antonio Maciel, o Parque Nacional de Ilha Grande, num Arquipélago que compõe oito Municípios na fronteira do Mato Grosso do Sul e Paraná.

Nosso município está situado às margens do Rio Paraná, limite com o Estado do Mato Grosso do Sul, portanto, com localização estrategicamente centralizada ao referido Parque.

Entretanto, solicitamos especial atenção de Vossa Excelência, no sentido de providenciar a instalação do Escritório Central de Administração do Parque Nacional de Ilha Grande, em nosso município, momento em que colocamos a nossa Prefeitura à disposição de Vossa Excelência, objetivando auxiliar no que for possível, visando a viabilidade do mesmo.

Ciente do pronto acolhimento deste nosso pedido, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossa admiração e crescente apreço.

Saudações ambientalistas!

CLAUDIO PALOZI  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
Dr. JONEL NAZARENO IURK  
MD, Superintendente do IBAMA - PR,  
CURITIBA - PARANÁ

REQUERIMENTO Nº 2863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de uma Viatura Policial, para Sub-Delegacia do Distrito de Paraná do Oeste, no Município de Moreira Sales.

Do aprovado REQUER, ainda, seja comunicado ao Senhor Carlos Cila de Andrade, Mui Digno-Prefeito Municipal (Rua Maria Ferreira da Cruz, 550); aos Vereadores José Messias Andreta, Presidente da Câmara Municipal; Valdecir da Silva e Francisca A. de Oliveira Santos.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) NELSON GARCIA.

#### JUSTIFICATIVA:

A proposta fundamenta-se em expediente recebido ao Legislativo Municipal de Moreira Sales, subscrito pelos Vereadores José Messias Andreta, Valdecir da Silva e Francisco A. de Oliveira Santos.

No documento, os Vereadores expõem a necessidade de uma viatura policial para suprir a demanda daquela sub-delegacia, uma vez que não dispõe de um veículo para realizar o trabalho com eficiência.

Diante destas condições, e preocupados com a segurança da população pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

#### REQUERIMENTO Nº 2879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministro do Meio Ambiente e ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando a doação de equipamentos (Computadores pentium multimídia com monitor de 17", impressoras laser e jato de tinta; scanner de mesa e para slides; nobreak, máquina fotográfica SLR e lentes de 50,200 e 600mm; binóculos 20x50 e 8x21; aparelho de fax; filmadora M9000; aparelho de TV e vídeo; tripés para câmara de vídeo e fotográfica; GPS para localização na mata), necessários para o desenvolvimento de trabalhos de cunho ecológico dentro da Área de Preservação Ambiental de Guaraqueçaba - Mata Atlântica.

A referida solicitação tem como objetivo auxiliar na realização de trabalhos de conservação e programas visando um manejo sustentável com vistas à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região.

A área pretendida para a implantação dos projetos compreende diversos extratos florestais onde são encontrados espécimes vegetais e animais ameaçados de extinção, além de cento e cinquenta famílias que dependem e retiram seu sustento deste ambiente.

REQUER ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Presidente da Sociedade de Apoio e Preservação Ambiental: Sadi Cabrini Godin Ribas, sito na Rua Suíça, 285 - JD. Europa - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

#### REQUERIMENTO Nº 2880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado de Segurança Pública, Cándido Martins de Oliveira, e ao Diretor da Polícia Civil do Estado do Paraná, Artur Braga, solicitando a instalação do 5º Distrito Policial no Conjunto Residencial Santa Paula, em Ponta Grossa.

O referido conjunto faz parte de uma das regiões mais desenvolvidas da cidade, sendo de suma importância a instalação do Distrito Policial acima referido, visando auxiliar sobremaneira os moradores, quanto às medidas de segurança, bem como o registro de quebra de pequenos furtos e outras infrações.

Outra função do distrito seria a intimidação da ação

dos vândalos no que diz respeito a perturbação do sossego e ao encaminhamento das reclamações para os canais competentes.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

#### REQUERIMENTO Nº 2892

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido do Sr. Adolfo Teixeira Santos, morador à Rua José Zem nº 358 - Bairro Bom Jesus, o qual solicita reparos nessa rua em frente à sua casa, tendo em vista o local encontrar-se cheio de buracos. Pede ainda a abertura da citada rua para que a mesma tenha saída na Rua Anne Frank, dando acesso ao ponto final da linha de ônibus Pedro Moro. O atendimento dos pedidos beneficiará toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2893

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da moradora do Bairro Atuba, a qual solicita a retirada do lixo que foi retirado do rio e depositado em frente à sua casa na Estrada da Graciosa nº 30 há uns quinze dias atrás. São vários entulhos que ali foram depositados e estão causando vários transtornos.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 2894

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Pernetá, os quais solicitam reparos nas Ruas Cascavel e Toledo, tendo em vista que as mesmas encontram-se intransitáveis e cheias de buracos. Pedem ainda a implantação de anti-pó na Rua Cascavel, pela qual passa a linha de ônibus.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 2895

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Apucarana, os quais solicitam reparos nas Ruas Alberto Piekas e Caçador. As mesmas encontram-se intransitáveis, cheias de buracos. Nestas ruas passa a linha de ônibus Vila Prado e muitas vezes o trajeto tem que ser desviado devido as péssimas condições de tráfego das ruas. Com o atendimento do presente toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 2897

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pela Sra. Jurema Franco de Oliveira Siqueira, residente à Rua Porto Alegre nº 722 - Vila Itaceto, a qual solicita a troca de lâmpadas queimadas do posto existente em frente à sua residência. Pede ainda reparos nas ruas da vila, uma vez que encontram-se cheias de buracos e causando muitos transtornos para toda a

comunidade.

Sala das Sessões, em 25.11.97  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 2898

Senhor Presidente.

Tomamos a liberdade de vir à presença de V.Sª, no sentido de solicitar especial atenção ao pedido da Sra. Otília Alves dos Santos, residente na Travessa Altevir Borges nº 10 - Vila Santa Joana - Sítio Cercado, a qual solicita a implantação de rede de esgotos nesse local. A comunidade ainda não dispõe desse benefício, o sistema de esgoto é irregular, o que causa muitos transtornos para todos os moradores.

Informações complementares, se necessárias, poderão ser obtidas com a requerente pelo telefone 247-2539.

Na certeza de que o presente será prontamente atendido, desde já antecipamos agradecimentos, subscrevendo-nos.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 25.11.97  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 2899

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Tanguá, os quais solicitam reparos e implantação de anti-pó, com a máxima urgência na Rua Professor Alberto Krause. A mesma é a rua principal do bairro, pela qual passa ônibus e encontra-se intransitável, repleta de buracos, o que vem causando muitos transtornos para todos os moradores.

Sala das Sessões, em 25.11.97  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 2900

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de implantar o serviço de entrega de correspondências na Rua da Paz, localizada na Planta Deodoro - Município de Piraquara. O pedido está sendo feito pela Sra. Clarice dos Santos Piza, moradora no nº 179 dessa rua, a qual nos afirma que nesse local os moradores não são beneficiados com tal serviço e que o mesmo faz falta para toda a comunidade.

Informações complementares, se necessárias, poderão ser obtidas com a requerente pelo telefone 242-2625. (recados).

Sala das Sessões, em 25.11.97  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 2908

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente, em forma de Fax e em Regime de Urgência, a todos os Senhores Senadores e Deputados da Bancada Paranaense no Congresso Nacional no sentido de agilizar a tramitação do Projeto criado 16 novas varas da Justiça Federal no Paraná, estudando ainda, a possibilidade da inclusão de União da Vitória entre as Comarcas a serem contempladas com novas varas de Justiça Federal.

Sala das Sessões, em 25.11.97  
(a) ANÍBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

União da Vitória, sede de uma região com 186.683 habitantes, ponto estratégico da região sul do Estado divisa com o vizinho Estado de Santa Catarina, deseja ser contemplada com uma das varas da Justiça Federal a serem criadas com o projeto em tramitação no Congresso Nacional.

O empresariado, a comunidade, os administradores

municipais, a sociedade em geral dessa vasta e progressista região, desejam a instalação de uma vara da Justiça Federal, para encurtarem distâncias, diminuir espaço de tempo e especialmente agilizar seus pleitos junto à Justiça Federal. Por esta razão, estamos solicitando aos colegas congressistas paranaenses seja urgenciado o processo bem como a inclusão do Município de União da Vitória nesse importante pleito.

#### REQUERIMENTO Nº 2915

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com votos de congratulações ao Prefeito Municipal de Dois Vizinhos, Senhor Jaime Guzzo, pela Passagem de emancipação política do Município, dia 28 de novembro de 1997.

REQUER, ainda que da decisão da Casa, seja dada ciência também ao senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos de toda a população de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Dia 28 de novembro de 1997 será um dia de muita comemoração para a população de duovizinhense. Afinal o progressista Município de Dois Vizinhos estará comemorando 37 anos de realização e sucesso absoluto.

Esta longa história teve seus primeiros passos em 1945, quando lá chegaram as famílias de Ibrahim Antonio Dias, Osório Goldino, Sarafba Piana, Frederico Galvan, Guilherme Guzzo, entre outros, vindos do extremo sul do País.

Estas famílias, com coragem, trabalho ininterrupto e esperança no futuro, iniciaram de forma incansável o desbravamento já obtendo destaque na grande criação de porcos soltos no mato. Estes porcos se alimentavam de frutas silvestres, pinhão e da própria vegetação nativa.

A história registra que muitos colonos sofreram nas mãos de jagunços sanguinários, que eram pagos pela empresa denominada "Comercial", para que espalhassem o pânico e o terror entre os ocupantes da terra. Somando-se o início do desbravamento às matanças proporcionadas pelos jagunços, podemos imaginar a coragem dos pioneiros para prosseguirem a jornada.

Mas em 1953 os trabalhos começaram a dar retorno. Dois Vizinhos foi elevado à categoria de Distrito Administrativo de Pato Branco e, passados 7 anos, em 25 de julho de 1960, teve a sua emancipação reconhecida pelo governador Moysés Lupion e, em 28 de novembro do mesmo ano, o senhor Governador Stadill assumiu a Prefeitura Municipal sendo o primeiro Prefeito de Dois Vizinhos.

Após a primeira administração, várias outras administrações ajudaram a construir a história de Dois Vizinhos que hoje orgulhosamente apresenta um comércio respeitado que gera ao município uma excelente receita, a qual é transformada em obras como educação, segurança pública, saúde para todos, entre tantas outras obras que beneficiam toda a população duovizinhense.

Por intermédio deste Parlamentar, a Assembleia Legislativa do Paraná cumpre o dever de registrar nos Anais desta Casa de Leis o Aniversário deste progressista município.

#### REQUERIMENTO Nº 2916

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com votos de congratulações ao Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, senhor Lauro Lourenço Ruths, pela passagem de emancipação política do Município, dia 29 de novembro de 1997.

REQUER ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência também ao senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos a toda a população de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 25.11.97  
(a) NEREU MOURA.

#### JUSTIFICATIVA:

Curitiba, terça, em 25.11.97

O atual município de Laranjeiras do Sul, até o ano de 1848 era um imenso sertão, habitado somente por tribos indígenas.

Os registros apontam que José Nogueira do Amaral, deportado da Província de São Paulo, após cometer crimes, chegou em Laranjeiras. O degredado José Nogueira, era aventureiro, audaz, belicoso e impulsivo. Depois de semanas de caminhada e após perambular no mato, chegou a margem direita do Rio da Mata, hoje Rio Cavernoso.

Após a chegada de José Nogueira deu-se o início ao povoamento.

Longos anos se passaram e em 1924 a revolução trouxe desagradáveis situações para a população de Laranjeiras do Sul que tiveram que conviver com o verdadeiro clima de guerra que se instalou na região por conta dos combates entre as tropas de Luiz Carlos Prestes e as tropas legalistas.

Indubitavelmente uma das fases mais marcantes da história de Laranjeiras do Sul aconteceu no ano de 1943, pois dia 13 de setembro deste mesmo ano, o município foi reconhecido, por Decreto Federal, como Território Federal do Iguaçu. O território foi criado com vistas a abrigar o excedente da mão-de-obra gaúcha e fazia parte da campanha getulista "Marcha para o Oeste". Ainda em 1943, mais precisamente no dia 21 de setembro, Laranjeiras do Sul foi elevada à categoria de Capital do Território Federal do Iguaçu. Finalmente após várias trocas de nomes o Município de Laranjeiras do Sul teve a sua instalação oficial no dia 30 de novembro de 1946.

Este relato mostra de forma clara, real e cristalina que Laranjeiras do Sul faz parte intrínseca da história do Paraná, e porque não, do Brasil.

Mas, não é só do passado que vive este pujante município. Laranjeiras venceu obstáculos e as barreiras que muitas vezes pareciam intransponíveis, e hoje, é um grande orgulho para a nação paranaense.

Tenho o privilégio e o imenso prazer de acompanhar a vida cotidiana da população laranjeirense e de perto constatar o progresso lá existente.

Dificuldades sempre existiram e sempre existirão. E nos momentos em que os municípios atravessarem dificuldades, podem obter em Laranjeiras do Sul o espelho de medidas e inovações capazes de dar iniciativas e idéias para se sobreporem à crise.

Assim, diante da breve viagem que fizemos ao passado de Laranjeiras do Sul, podemos de forma categórica afirmar que dia 29 de novembro é uma data importante para Laranjeiras do Sul, para o Paraná e para o Brasil.

#### REQUERIMENTO Nº 2917

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Manoel Martins de Oliveira - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de um Distrito Policial para atender o Bairro de São João e parte dos Bairros de Santa Felicidade e Lamenha Pequena.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Diante do acentuado crescimento populacional nestas regiões e forte apelo da sociedade em busca de segurança, se faz necessário medidas que possam trazer à população esta sensação de tranquilidade, bem como, dar condições para que nossos policiais possam desenvolver seu trabalho de maneira satisfatória. Assim a criação de novos distritos policiais, em regime de urgência, vem de encontro com esta ansiedade vivida por todos os cidadãos paranaenses e vai possibilitar a agilidade nos procedimentos policiais e tratamento mais personalizado, fazendo que com uma área de abrangência menor os policiais tenham condições de conhecer detalhadamente a região, bem como os costumes de cada comunidade.

#### REQUERIMENTO Nº 2919

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de um Centro de Saúde no Município de Guaramiranga.

O Município de Guaramiranga, desmembrado de Imbituva, está na sua primeira administração e necessita da estrutura básica para atendimento na área de saúde.

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 2920

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de um Centro de Saúde no Município de Fernandes Pinheiro.

O Município de Fernandes Pinheiro, desmembrado de Teixeira Soares, está na sua primeira administração e necessita da estrutura básica para atendimento na área de saúde.

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 2937

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente via FAX, em caráter de "Urgência" ao Excelentíssimo Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional, ao Senhor Deputado Michel Temmer, Presidente da Câmara dos Deputados, bem como a todos os Senhores Senadores e Deputados Federais da bancada paranaense, no sentido de analisarem com bastante prudência o Pacote de Medidas encaminhado, pelo Governo ao Congresso, especialmente dois assuntos que estão tirando a tranquilidade da população, com aumento do Imposto de Renda do assalariado e a elevação da taxa de embarque de 18 para 90 reais, especialmente para os vizinhos países do Mercosul.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Gazeta do Povo de ontem na coluna do jornalista Antonio Carlos Lacerda, publicou, sob o título "Perdança", que tomamos a liberdade de transcrever:

"São burocratas endemoniados, trabalhando tempo integral, que inventam as maldades que o governo carrega em saco próprio. Gente que sugere a criação de taxas, impostos, multas, compulsórios, CPMF e beliscadas no bolso do contribuinte.

São pequenos golpinhos. Nada que fira fundo. Ninguém pára para examinar os efeitos e medir consequências. É fora daqui que se conhece os resultados. A tal taxa de embarque, que pulou de 18 para 90 reais, na vizinha Argentina mudou os planos de meio milhão de turistas programados para visitar o Brasil, no verão. Os burocratas contabilizarão os 90 que deixam de entrar. Os realistas lamentaram os 18, que vão ser perdidos, a título de taxa de embarque. As empresas aéreas podem prever suas perdas, assim como a rede hoteleira e o comércio. O governo burocrático de FHC está ciente de que vai no caminho certo. A iniciativa privada arcará, com prejuízo da medida, dividindo em parcelas iguais. O setor de turismo levou duro golpe. Os observadores devem lembrar que tempos atrás, num destes governos já esquecidos pela memória popular, havia um compulsório para sair do País certo para comprar automóvel e o dólar era limitado, assim como as compras no exterior. Era a incompetência oficial, querendo tutelar o cidadão, como se todos fossem menores, viajando em férias para a "Disneyworld".

É evidente que o aumento exagerado da taxa de embarque reduzirá a entrada de turistas especialmente dos países do Mercosul, no Paraná, Santa Catarina, Nordeste, e, como de resto, em todo o Brasil.

Quanto ao aumento de 10% do Imposto de Renda de pessoas físicas, temos acompanhado pela imprensa, especialmente noticiários de hoje, dão conta da posição do eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, contrária a tal aumento, apresentando inclusive Emenda suprimindo da Medida Provisória 1.602 - tal medida. Por esta razão solicitamos a gentileza dos nossos colegas representantes no Congresso Nacional estudarem com bastante clareza as duas sugestões.

# Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 667/97  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º - A substituição tributária nas operações mercantis subsequentes, conforme estabelecido no art. 150 §7º e 155, XII, "b" da Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 87/96, ocorre nas seguintes condições:

- I - nas operações internas e interestaduais pelos contribuintes substituídos em direção ao consumidor;
- II - na importação de mercadorias com destino ao consumidor final.

Art. 2º - Não ocorre a substituição tributária:

- I - nas operações mercantis entre os contribuintes substitutos das mercadorias;
- II - nas operações onde a mercadoria seja utilizada como matéria prima;
- III - quando não houver operação subsequente a ser realizada pelo adquirente da mercadoria.

Art. 3º - São contribuintes substitutos:

- I - o industrial em relação às mercadorias que produzir;
- II - o importador em relação às mercadorias por ele importadas;
- III - o comerciante atacadista localizado em outro Estado, em relação às mercadorias recebidas com substituição tributária, destinadas a revendedores localizados no Estado do Paraná.

Art. 4º - São contribuintes os revendedores atacadas e varejistas situados no território paranaense.

Parágrafo único: - Não são contribuintes substitutos e substituídos as pessoas físicas e jurídicas que não pratiquem com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial da mercadoria, objeto da substituição tributária, tais como: associações, sindicatos, escolas, etc.

Art. 5º - A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será sempre o preço de venda ao consumidor, que poderá ser obtido das seguintes formas:

- I - quando houver o preço único ou máximo fixado por órgão público competente, a base de cálculo será este valor;
- II - quando não existe preço único ou máximo fixado por órgão público competente, a base de cálculo será estabelecida de acordo com os preços usualmente praticados no mercado consumidor paranaense;
- III - quando for desconhecido o preço usualmente praticado no mercado consumidor, a base de cálculo será o preço sugerido pelo fabricante.

§ 1º - Os preços usualmente praticados no mercado consumidor paranaense, serão obtidos em no mínimo entre os sete maiores municípios do Estado mediante levantamento por amostragem, adotando-se a média ponderada de preços coletados, que fixarão o valor mais próximo da realidade.

§ 2º - O resultado desta pesquisa, bem como o preço praticado no mercado consumidor paranaense, será publicado no Diário Oficial do Estado para observância de todos os contribuintes substitutos e substituídos.

§ 3º - O preço de sugestão do fabricante será aplicado na ausência do preço fixado por autoridade competente

que fixe o valor praticado no mercado consumidor.

Art. 6º - Caberá ao contribuinte substituído, caso não ocorra operação mercantil subsequente no mesmo valor da base de retenção na fonte, a restituição ou a complementação das quantias pagas em excesso ou com insuficiência.

§ 1º - O contribuinte substituído, para determinar o valor a restituir ou a complementar, deverá elaborar demonstrativo mensal detalhado contendo o número da nota fiscal do fornecedor, a base de cálculo de retenção por unidade de produto, o número da nota fiscal da sua venda, o valor da operação comercial por unidade de produto, o número da nota fiscal da sua venda, o valor da operação comercial por unidade de produto, a diferença entre a base de cálculo da retenção com a valor da operação comercial e por último, o imposto a restituir.

§ 2º - Se houver imposto a complementar, esse será levado a débito pelo contribuinte substituído na sua escrita fiscal.

§ 3º - Se houver restituição o contribuinte poderá formular o pedido junto à Secretaria da Fazenda, cujo o processo será intuído com o demonstrativo citado no parágrafo primeiro, obtendo antes o visto prévio da entidade representativa da categoria econômica, que fará a pré-conferência da postulação.

§ 4º - Não havendo deliberação no prazo de 90 (noventa) dias sobre o pedido de restituição, o contribuinte substituído poderá se creditar em sua escrita fiscal do valor objeto do pedido devidamente atualizado.

§ 5º - Na hipótese do parágrafo anterior, sobrevindo decisão contrária irreversível, o contribuinte substituído, no prazo de 15 (quinze) dias da respectiva notificação procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados e ao pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

Art. 7º - Não sendo possível a compensação do crédito fiscal, objeto da restituição na escrita fiscal, o contribuinte substituído poderá transferir este valor ao substituto ou outro fornecedor, a seu critério, nos seguintes termos e condições:

I - deverá emitir documento fiscal para efetuar a respectiva transferência, submetendo ao visto prévio da fiscalização estadual, o que deverá ocorrer em cinco dias da data do pedido de transferência;

II - o contribuinte substituído levará a débito na sua escrita fiscal o valor da transferência, o receptor levará a crédito e restituirá em dinheiro a respectiva importância.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.97.

(a) ANIBAL KHURY.

## JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa melhorar a qualidade do sistema de arrecadação do ICMS, mediante os seguintes objetivos principais:

- a) simplificar o referido sistema de arrecadação tributária através do mecanismo fonte, promovendo a economia para o fisco e o contribuinte;
- b) dificultar a sonegação fiscal e as injustiças por ela criadas;
- c) instituir um sistema de tributação justo, com mensuração dos fatos geradores futuros ou mais próximos da realidade;
- d) evitar as manobras de cálculos fantasiosos de contribuintes substitutos, com intuito de diminuir a evasão fiscal;
- e) instituir a restituição ou a complementação do ICMS pago na fonte, de forma imediata e preferencial.

O Projeto representa o início de um processo mais justo e necessário, pois permite correção das distorções da aplicação do regime de tributação na fonte do ICMS. Ade-



Curitiba, terça, em 25.11.97

quando a legislação paranaense à Lei Complementar nº 87/96.

Um exemplo da necessidade de implementação de um sistema justo, seria mensurar o fato gerador futuro do tributo em questão o mais próximo da realidade de mercado, ou seja, que a base de cálculo da retenção fosse o preço de venda ao consumidor.

Quando se usa fórmulas matemáticas para se estimar o preço da mercadoria no mercado consumidor, como acontece hoje, o fisco tem mensurado o preço das futuras operações a serem realizadas pelos contribuintes substituídos totalmente dissociado da realidade.

Nos dias atuais, no caso da cerveja, o fisco tem presumido o preço de venda a varejo de duas maneiras, a saber: a primeira adiciona um percentual de 70% sobre o preço do produto no mercado atacadista; a segunda adiciona um percentual de 140% sobre o preço do fabricante. Tem-se verificado na prática que nenhuma das duas fórmulas representa a realidade nos negócios mercantis futuros; a primeira superestima a margem, enquanto a segunda subestima. Vê-se, então, que nenhuma das duas fórmulas representa a mensuração próxima ao preço de venda ao varejo.

Outra questão importante a ser salientada, sobretudo em razão do princípio da legalidade, seria determinar em lei as situações em que cabem a substituição tributária nas operações mercantis subsequentes; quem são os contribuintes substituídos e substituídos na obrigação tributária. Os produtos sujeitos ao regime de arrecadação, evitando-se desta forma que se legisle sobre a matéria reservada à lei, com intuito de arrecadar imposto.

Como o ICMS deve ser arrecadado na fonte pelo industrial ou atacadista, por conta das futuras operações a serem realizadas pelos comerciantes, a base de retenção não raras vezes pode não coincidir com a realidade dos negócios, ou seja, o preço estimulado pode ser diferente do preço de venda ao consumidor, ou ainda, pode ocorrer a inutilização ou deterioração deste produto antes de chegar ao consumidor.

Nestes casos, a lei deve determinar a restituição ou complementação do imposto ao contribuinte substituído, de forma imediata e preferencial, como medida de seriedade nas relações entre contribuinte e o ente tributante.

A lei visa ainda determinar as obrigações fiscais acessórias na restituição ou complementação do ICMS, de forma uniforme para todos os contribuintes substituídos na obrigação tributária, onde fique bem claro a necessidade de restituição ou complementação.

A proposta de lei ora apresentada à consideração deste Parlamento, põe fim a uma série de discussões judiciais em torno da matéria evitando-se o desgaste na relação Estado do Paraná versus Contribuinte, do Judiciário para com a Sociedade que dele necessita, e regulariza o sistema de arrecadação responsável por cerca de 30% da arrecadação estadual do ICMS.

A proposta, enfim, propõe uma solução para o problema, ajusta as desigualdades existentes entre o Estado e o Contribuinte, e ao mesmo tempo, combate a sonegação dos maus contribuintes, aprimorando a justiça fiscal.

PROJETO DE LEI Nº 668/97  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam as prefeituras municipais, autorizadas a proceder a venda de espaços nos ônibus destinados ao transporte de estudantes, para inserção de propagandas comerciais.

Parágrafo Único - Fica proibida a veiculação de anúncios de arma de fogo, bebidas alcoólicas e cigarros inclusive de seus estabelecimentos fabricantes e revendedores.

Art. 2º - A receita resultante dessa operação deverá ser destinada única e exclusivamente para os serviços de manutenção e reforma dos veículos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 25.11.97  
(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

É inegável a situação de insustentabilidade financeira por parte da maioria das prefeituras dos municípios paranaenses.

A exemplo do que ocorre na área desportiva onde se comercializa espaço para propaganda nos uniformes dos atletas, nas carrocerias dos automóveis, nos painéis dos estádios e ginásios com o objetivo de assegurar maior rentabilidade econômica por parte das associações, clubes, academias e escuderias, o projeto em questão faculta a transferência dessa prática às nossas prefeituras.

Entendemos a adoção do que propõe o documento em tela, uma alternativa perfeitamente viável e que fatalmente contribuirá para minimizar ou mesmo diluir as asombrosas despesas arcadas pelas administrações municipais com a responsabilidade do transporte escolar.

PROJETO DE LEI Nº 669/97  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Artesãos de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede na Praça Olímpica, 236, Município de Cianorte, é uma Associação Jurídica de direito privado, de Assistência Social, Cultural, sem fins lucrativos, por tempo indeterminado, foi organizada com a finalidade de integrar e dinamizar as ações da Comunidade Artesanal daquele Município.

A Associação dos Artesãos de Cianorte, realiza um trabalho integrado com os poderes públicos e as instituições privadas, promovendo ao máximo, o aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades econômicas, culturais e sociais de seus associados.

Além da divulgação e venda dos produtos elaborados pela Associação, a entidade presta também, serviços e benefícios de Previdência, Saúde, Educação, lazer e abastecimento às famílias dos Associados.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a este Projeto de Lei que visa reconhecer publicamente o esforço e o trabalho da Entidade em favor da Comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 670/97  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Amigos do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss da Universidade Estadual de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, através do presente projeto de lei, tem por objetivo auxiliar na manutenção do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, um órgão suplementar da Universidade Estadual de Londrina.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para esta justa reivindicação da comunidade de Londrina.

PROJETO DE LEI Nº 671/97  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a FENOCLAN - Federação Comunitária das Associações de

Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, com sede e foro em Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.97

(a) RICARDO CHAB

#### JUSTIFICATIVA:

A FEMOCLAM - Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana é uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na Cidade de Curitiba, que visa encaminhar as reivindicações comuns do conjunto da população dos bairros, vilas, favelas e conjuntos habitacionais, coordenando as entidades de moradores.

Criada em 18.09.89, está inscrita no CGC sob o nº 79.797478/0001-44, e desde então vem exercendo suas funções estatutárias com empenho e dedicação.

Sua última diretoria foi empossada no dia 03.10.97 e todos os seus membros não são remunerados e não recebem bonificações, lucros ou vantagens a qualquer título.

Em anexo documentos previstos na Lei nº 6.994 com as alterações da Lei nº 8.589.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

No mês de agosto já fizemos desta tribuna um pronunciamento e denunciamos as péssimas condições de tráfego da BR-277, principalmente no trecho Irati-Relógio, Irati-Palmeira. Apresentamos um levantamento fornecido pela Polícia Rodoviária Estadual de Irati, mas até o presente momento quase que nada se fez para que aquela estrada pudesse ser melhorada.

Tenho a impressão que os números apresentados não eram tão expressivos.

Amanhã estarei aqui nesta tribuna, fazendo uso novamente da mesma e quero trazer aos ilustres companheiros os números de acidentes, muitos deles fatais, com relação ao estado de calamidade pública que se encontra a BR-277, notadamente no trecho de Irati até o Relógio. Diariamente temos que, através da imprensa do Sul do Paraná, noticiarmos ali, os acidentes e os incidentes em razão de que essa estrada não tem mais como trafegar.

O Governo do Estado a estadualizou, até então era, - Deputado Caio Quintana, - de responsabilidade do Governo Federal. Há dois anos atrás passou por conta do Estado. E daí a coisa, que parecia naquele momento avançar num recapeamento mais rápido, mais ágil, a coisa ficou muito pior ainda. Temos informação sim, acompanhamos, está no Anel de Integração o trecho, mas até isso acontecer muitas vidas ainda vão ser ceifadas, naquele trecho. Mas amanhã, haveremos de fazer e trazer aqui números a respeito dos acidentes e dos incidentes que ocorrem diariamente naquela BR.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vou falar de uma indecência que se chama Contribuição Sindical.

Na qualidade de Coordenador do Bloco Parlamentar Municipalista, nesta Casa de Leis, com a presença de centenas de produtores rurais, sindicalistas, prefeitos, vereadores, representantes da FAEP e FETAEP, promovemos, no dia 06/11, no Município de Irati, - cidade pólo da Região Centro-Sul do Paraná, - um Fórum de Debates tendo como tema a "Contribuição Sindical".

Na oportunidade, foram registrados os mais veementos protestos contra a cobrança abusiva da Contribuição Sindical.

Muitos agricultores nos indagaram, com justificada insistência, sobre a legalidade de a Contribuição Sindical ser cobrada na mesma guia de recolhimento do ITR - Imposto Territorial Rural.

Temos respondido invariavelmente que se este tipo de cobrança (da Contribuição Sindical) tiver amparo legal, para ser cobrada na mesma guia do ITR, ela é, pelo menos

imoral. Vamos citar aqui apenas um exemplo: 1) O Sr. Renaldo Roessler Neumann, pequeno produtor rural, com 42,5 ha. de terra, do Município de Irati, pagou no ano de 1996, R\$ 20,48 de ITR e R\$ 115,65 de Contribuição Sindical. Um verdadeiro absurdo. 2) Outro problema de gravidade, enfrentado pelo agricultor que exerce a sua atividade em regime de economia familiar, é que ele é enquadrado como empregador rural. O que mais se questiona, é que a grande maioria dos pequenos agricultores do Estado do Paraná não têm empregados contratados, trabalham apenas com as próprias famílias, entretanto, nas suas guias de recolhimento vem como empregador rural, o que é um verdadeiro descalabro.

Enquanto as federações brigam entre si, na Justiça, para saber a quem pertence os valores auferidos dos recolhimentos da Contribuição Sindical, os agricultores são penalizados.

O Governo Federal, a nosso ver, não pode dar guarida a este tipo de coisas e ser o agente cobrador de confederações, que não são órgãos públicos e estas confederações, na qualidade de entidade representativa de classe, não podem se utilizar da máquina administrativa da União mormente para "achacar" os já sofridos produtores rurais.

Assim, com respaldo no clamor dos agricultores, torna-se imperioso que medidas urgentes sejam tomadas, através das esferas competentes; primeiro, para acabar com a imoralidade do valor cobrado a título de Contribuição Sindical e, segundo, que os agricultores que trabalham em regime de economia familiar não sejam mais enquadrados como empregadores rurais, que na verdade não os são.

Assim, enviamos expediente ao Presidente da República, aos Senadores e aos Deputados Federais pelo Estado do Paraná, pedindo urgentes providências para reparar mais este abuso contra o nosso agricultor.

Era isso, muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khary) - No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni, pelo PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de fazer uma breve reflexão com os Senhores, a respeito do Orçamento do Estado previsto para o ano de 1998. Como todos sabemos há uma pequena interrogação a respeito da Peça Orçamentária enviada à Assembleia Legislativa. Orçamento estimado em 11 milhões de reais. Desses, 2 milhões estão previstos para o pagamento de indenizações judiciais, de títulos precatórios previstos para o ano que vem. Perto de outros 2 milhões de reais, dizem respeito a empréstimos externos que o Governador do Estado pretende adquirir em função dos programas que pretende colocar em desenvolvimento. E os outros 6 milhões de reais, aproximadamente, dizem respeito às Receitas do Estado do Paraná, 3 bilhões de reais, aproximadamente, referente a arrecadação de ICMS, e o restante de transferências constitucionais do Governo Federal para o Orçamento do Estado.

Além de algumas questões que vamos poder discutir a partir de amanhã, quando se encerra o prazo de recebimento de emendas no que diz respeito à Lei Orçamentária, de como que as rubricas foram construídas pelas Secretarias das Finanças e Planejamento. No nosso entendimento, já dá para fazer uma avaliação de que o Orçamento do Governo de Jaime Lerner nos anos de 1995, 1996 e 1997, vem ano após ano decaindo os investimentos na área social. Em contrapartida, não sabemos onde está sendo investido os recursos do Estado que possam trazer algum benefício, sobretudo na área de educação e saúde do Estado do Paraná.

Mas o que nos traz a essa tribuna hoje é a evidência concreta de que o Orçamento atendeu e comportou o recebimento de emendas, antes que a Peça Orçamentária tivesse sido enviada para a Assembleia Legislativa. E esse procedimento nos parece que é de uma gravidade muito grande. Vamos começar a constatação por um exemplo: o

Relator da Peça Orçamentária, Deputado Anibal Khury, tem secretarias que possuem verbas específicas para o Gabinete de uma secretaria. E percebemos que tradicionalmente essas são verbas que dizem respeito ao funcionamento administrativo do Gabinete do Prefeito, e tem as suas rubricas que comportam o planejamento estratégico de determinadas Secretarias de Estado.

Pasmem os Senhores! Quero saber o que significa a Prefeitura, o Município de Cambé como rubrica para receber verba do Governo do Estado do Paraná na Secretaria de Segurança Pública do Estado. Ou o Secretário tem um amor todo especial pela Prefeitura de Cambé ou é uma coincidência muito grande na elaboração, do ponto de vista do planejamento que a Prefeitura de Cambé, seja do próprio Relator da Peça Orçamentária, e que uma rubricazinha tal tenha acontecido no Gabinete do Secretário de Segurança Pública. Não acredito nesta coincidência, e também, em que pese que acho que o Secretário e Segurança Pública tem um apreço por todos os municípios do Estado do Paraná, não acredito que tenha um apreço especial pelo Município de Cambé.

Então, essa é uma das evidências que começam a aparecer de que a Peça Orçamentária comportou, antes de ser mandada para a Assembleia Legislativa, interesses, se não de parte dos Deputados, com certeza do Relator da Comissão de Orçamento teve privilégios na feitura da Peça Orçamentária.

Nesse sentido, Deputado Anibal Khury e Senhores Deputados, nós da Bancada do PT devemos amanhã na reunião da Bancada, em relação a esse fato, e a outros fatos que deveremos trazer à discussão pela tribuna, deveremos propor duas questões: em primeiro lugar, talvez, a possibilidade de uma CPI para que possamos investigar a fundo se houve um processo de negociação antes da Peça Orçamentária vir para a Assembleia, entre as Secretarias de Segurança do Estado, de Finanças e Planejamento com o Relator da Comissão de Orçamento ou com outros Deputados.

Caso não consigamos, do ponto de vista de documentação, dar uma sustentação para que possamos desencadear o processo de uma Comissão, porque passa daí a possibilidade de investigar o papel da Secretaria de Planejamento o papel da Secretaria de Finanças que atendem necessidades de Deputados, e no caso específico do Relator da Comissão de Orçamento. Antes da Peça Orçamentária ser mandada para a Assembleia, pretendemos, talvez, exigir que a Peça Orçamentária seja devolvida à Secretaria de Finanças e à Secretaria de Planejamento para que seja reelaborada. E de que essas emendas, esses interesses, que nos remetam a possibilidade de desconfiança, que sejam eleitoreiros, que sejam qualquer interesse que não a visão programática, a visão planejada do Estado do Paraná para o ano de 1998. Entendemos de que, no mínimo, o Relator deva ser trocado para a Peça Orçamentária do ano de 1998.

Acreditamos que, a forma como está, o Deputado, em que pese o seu belo trabalho ao longo desses anos todos, mas houve uma quebra de confiança, pelo menos em parte da Bancada do PT, uma quebra de confiança, em relação a sua qualidade de Relator, como uma pessoa que pode acolher as emendas do Deputado e ter a isenção na discussão com a Secretaria de Planejamento e Secretaria de Finanças, para consubstanciar a visão estratégica do Estado do Paraná na Peça Orçamentária.

Ou o Deputado Durval Amaral explica, e vai ter que explicar as questões que estão sendo colocadas em relação a Peça Orçamentária, através da tribuna e esclarecer todos os Deputados, ou será necessário que ele seja substituído, e que nomeemos outro Relator para o Orçamento do ano que vem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PTB. (Declina).  
Do PMDB, Passo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Anibal Khury, Senhores Deputados.

Gostaria de ter a atenção dos Senhores Deputados, em especial do nobre Líder do Governo Deputado Valdir Rossoni e do vice-Líder do Governo aqui, na Assembleia, Ademar Traiano.

Leio no Jornal "Gazeta do Povo", 8ª página, dia 25.11.97, portanto, hoje, na Coluna "Porões do Poder" de responsabilidade do Jornalista Liones Rocha, dentre outras notícias a seguinte: "Dívidas - O Governador Jaime Lerner enviou ao Presidente do Senado Federal, Antônio Carlos Magalhães (PFL-Bahia) os documentos sobre a situação financeira do Paraná, para provar que outros Estados estão em situação pior, já contrataram empréstimos externos com o aval da Comissão de Assuntos Econômicos e do Plenário da Casa.

Pelos dados fornecidos por Lerner o Paraná tem uma dívida pública de R\$ 421.963.255,00. A Bahia de Antonio Carlos Magalhães, deve R\$ 1.517.509.325,00. Santa Catarina de Espiridião Amin (PPB), deve R\$1.246.219.663,00". A notícia pela simples notícia, pode não representar muita coisa.

Quando vamos aos nossos arquivos e buscamos o Relatório do Tribunal de Contas, proferido no dia 12 de junho de 1997 sob a responsabilidade do Conselheiro Quielise Crisóstomo da Silva, relativos a esse parecer, as contas de 1.996, lá na página 48, iremos encontrar a composição da dívida do Estado. A administração direta e indireta. Deste relatório do Tribunal de Contas, chegamos aos seguintes números, e que foram fornecidos, não por nós do PMDB, mas pelo Tribunal de Contas em cima das informações do balanço. São eles: Dívida Fundada - 1.874.500.000,00; Dívida Flutuante - 529.000.000,00; Total da Dívida Fundada e da Flutuante - 2.403.900.000,00 (em números redondos).

Isso sem ainda estar relacionado a dívida com os famosos Precatórios, pois só em Precatórios o Estado já deve mais de um bilhão de reais. Sem falar nos debêntures que também foram emitidos pelo Estado. Por aí vemos a situação que se encontra o Estado. É a falta de respeito que tem tido esse Governo para com a população do Estado para com a Assembleia Legislativa e com todos os Senhores Deputados, levando a conhecimento do Senado, conhecimento dos paranaenses através dos jornais, notícias dando conta que a dívida do Estado é de apenas quatrocentos e vinte e seis milhões de reais, é realmente achar que todos somos "imbecis" e "ignorantes". E que o Tribunal de Contas é uma casa que não tem nenhuma importância. Isso sim é desrespeitar o povo do nosso Estado. Porque o relatório que o Tribunal produziu em cima dos números levados pelo próprio Governo do Estado nos dão conta de uma dívida fundada, dívida interna e dívida externa e de uma dívida flutuante superior a dois bilhões e quatrocentos milhões.

Então, pediria ao Deputado Valdir Rossoni e ao Deputado Ademar Traiano que nos trouxessem essas informações, já que Pedidos de Informações que apresentamos não são aprovados. Não só para nós do PMDB, mas para todos os Deputados desta Casa. É lamentável que possamos continuar assistindo situações como essa, onde o Governador do Estado, onde os integrantes do Governo vão à imprensa e acusam, deslavadamente, este e aquele Senador de estarem prejudicando o Estado. Quando verificamos que, na realidade, o prejuízo quem está praticando não são os dois Senadores, porque a dívida total quando o PMDB, em 31 de dezembro de 1994 entregou o Governo, era apenas R\$ 1.395.000.000,00, hoje já se passaram três anos e a dívida que era de R\$ 1.395.000.000,00, já está na casa de 2.403.000.000,00 de reais. Por isso, peço ao nobre Líder, Deputado Valdir Rossoni, que nos tragam estas informações, já que, de nada tem adiantado a nossa manifestação de aprovar, aqui, pedidos de informações para que, todos possamos saber, realmente, quanto e o que deve o Governo do Estado do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT, PFL, PL, Lideranças do Governo. (Declinaram).  
Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

## ORDEN DO DIA,

Com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

### ITEM 01

#### VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 642/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná. Aprovado.

### ITEM 02

#### VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa as tabelas dos Atos Judiciais no Estado do Paraná, na forma da Lei nº 6.149, de 09 de setembro de 1.970, COM PARECERES DA C.C.J. E C.F., Apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª discussão, em regime de urgência. Em votação.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Quero manifestar um voto contrário da Bancada do PT a este projeto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Qual deles, o primeiro ou o segundo?

O SR. PÉRICLES MELLO - O item dois.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a emenda aprovada em 2ª discussão conservem-se como estão, contra os votos do PSN. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

O senhor permite uma declaração de voto? Uma justificativa de votação?

(Assentimento)

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares.

Pretendo fazer esta justificativa de voto, após a votação final desse projeto, por uma única razão. Gostaria que os companheiros Parlamentares interpretassem isso como uma avaliação desse projeto que votamos. Tivemos, aqui, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, cinco tabelas em discussão: uma tabela que é a Resolução 07/95, que foi fixado custos judiciais até março desse ano baseado numa resolução do Tribunal de Justiça, que foi declarado inconstitucional, e razão de ser considerada necessidade de votação por Lei e não por resolução interna do Tribunal de Justiça.

Em decorrência disso, de março desse ano para cá, o Tribunal em conjunto com a Ordem dos Advogados e demais entidades fez uma tabela provisória, também, por resolução, que passou a vigorar até esse momento. Quando o Tribunal encaminhou para a Assembleia Legislativa, uma proposta de custos judiciais, uma tabela que teve um Substitutivo na C.C.J., do Deputado Eduardo Trevisan, que ao chegar em Plenário teve uma Emenda Substitutiva Ge-

ral desse Deputado que lhes fala.

Portanto, se cotizar, se comparar essas cinco tabelas em evidência, todas elas têm itens que são mais altos em relação aos outros itens que são mais baixos.

Por que isso acontece, Sr. Presidente e Srs. Deputados? Porque o nosso regimento de custas, no Estado do Paraná é de 1.970. De lá para cá o que aconteceu foi única e exclusivamente mudança localizada dentro do Regimento de Custas sem nunca ter novo Regimento de Custas atualizado e estudado dentro dos parâmetros necessários para o funcionamento de custas cartoriais.

É importante que esta Casa saiba e atente para o fato da existência de cartórios judiciais e extrajudiciais. Os cartórios extrajudiciais são apenas nomeados pelo Poder Judiciário, após concurso e no entanto, toda a sua despesa de manutenção é paga pelo serventário que responder pelo cartório, desde o aluguel, a luz, o telefone, a água, os funcionários, o livro, o papel, tudo pelo que lá se faz.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, é sabido que existe divisor de água na questão dos cartórios. Existem os localizados em cidades grandes que, mesmo com custas baixas, pelo volume acabam tendo um lucro e existem 90, 95% de cartórios espalhados pelo Paraná inteiro que hoje, sem dúvida alguma, lutam para manter as portas abertas e espero que tenhamos a consciência de avaliação de alguns dados. Por exemplo, no momento em que se socializou a saúde pública neste País, sem passar para o poder público a responsabilidade de manutenção do serviço médico, fizemos com que o paciente fosse o grande sacrificado pela má qualidade do serviço apresentado. Se não dermos condições para que exista a possibilidade de prestação de serviço condizente com aquilo que a sociedade necessita e o cidadão quer, não teremos condições de oferecer o trabalho que o cidadão necessita.

Hoje, é bom que se saiba, os serviços de nascimentos já são gratuitos, mas não é porque agora foi declarado gratuito o serviço de nascimentos. Há uma lei, Senhores Deputados, que sempre fez com que os atos do registro civil quando apresentada a incapacidade financeira da pessoa para pagar o Atestado de Pobreza, o reconhecimento de pobreza, o cartório sempre fez esse trabalho de graça, sem ressarcimento. A LBA, durante muito tempo, encaminhava para os cartórios, baseada em lei, pessoas para fazerem e regularizarem a sua situação civil e sempre foi regularizada pelos cartórios.

Queria dizer a esta Casa para, num pequeno tópico apenas e justificativa de voto, porque isto eu gostaria que a imprensa do Paraná corrigisse com respeito àquilo que foi votado nesta Casa. Foi dito que a tabela votada aqui aumentou mil e poucos por cento. O Deputado Resenha, talvez por desconhecimento, talvez por um comparativo equivocado, passou para a imprensa, um dado que não bate com a verdade. Da atual tabela é previsto o valor da procuração em dezenove reais e vinte e cinco centavos. Tem duas exceções: para a previdência, que é de dois reais e trinta e um centavos e a "ad judícia" que é uma procuração exclusiva para advogado, onde tem a cláusula "ad judícia" com os poderes que necessita o advogado para militar em juízo, que custa quatro reais e sessenta e dois centavos. Essa é a exceção. A regra é que a procuração seja dezenove reais vinte e cinco centavos.

Pela proposta do Tribunal de Justiça, manteve em dezenove reais e vinte e cinco centavos.

Pelo Substitutivo do Deputado Trevisan era vinte e sete reais e trinta e um centavos.

Pela Resolução 7/95 seria vinte e um reais e noventa e dois e pela Emenda Substitutiva de Plenário, seria vinte e sete reais e trinta e um centavos.

Portanto, em hipótese alguma existe a colocação de mil e poucos por cento de aumento. Se V.Exas. perguntarem de onde vem o número mil e poucos por cento, passado para a imprensa, vem do fato de que foi pego o valor de uma procuração exclusiva da previdência social (dois reais e trinta e um centavos). Exclusivamente para efeitos da previdência e que aliás, hoje a previdência social não aceita mais. Não existe mais representar na previdência social por procuração. Foi pego o valor da procuração que era específico para a previdência social, como se ela fosse e

valor da procuração geral e calculou-se um aumento em cima de dois reais e trinta e um centavos, para vinte e sete reais e trinta e um, quando na verdade, esses dois reais e trinta e um nunca existiu como preço geral de procuração. Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Nas tabelas alegadas no Plenário, me fizeram conferir em casa, tabela por tabela, para não praticarmos uma injustiça aqui. O reconhecimento de firma, por exemplo, tão alegado fica em 1 Real e 62 centavos, e quando vai para 3,27 é reconhecimento de firma mais autenticação.

Então lhe pergunto: alguém faz um documento aqui em Curitiba, compra um veículo, uma casa, um terreno, uma fazenda ou qualquer coisa, as duas partes assinam, o comprador, o vendedor, as testemunhas assinam, e vai-se num tabelionato e este reconhece a firma dando fé pública, assumindo a veracidade e autenticação daquele documento e cobra 3 reais e vinte e sete centavos e nós vamos achar que isso é caro.

Convenhamos, Sr. Presidente, o nivelamento das coisas que acontecem no País não pode ser por baixo. Eu mesmo conferi. E me chamou a atenção o seguinte: dias atrás precisava conversar com o Governador de Missões, Deputado Adur, que estava hospedado no Hotel Bourbon. Liguei para o número 102 da Telepar para perguntar o número do Bourbon. Informa antes, que essa informação é cobrada em 1 real e 52 centavos, apenas para a companhia telefônica dizer para o usuário que o número de tal localidade é este.

Ora, o serviço público necessita de funcionar. Por isso, para que possamos ter melhorias nessas condições e que esta Casa possa discutir com profundidade esse assunto que acaba de ser votado no dia de hoje, e quero propor, nobre Presidente, que se aprovado este requerimento desta Comissão, faça parte o Deputado Rosinha, que foi um dos que estudou o problema e levantou a questão. E às vezes correto, às vezes equivocado, mas pelo menos teve preocupação com essa tabela de custas. Gostaria e a razão que me traz à tribuna, de apresentar um requerimento solicitando desta Casa a formação de uma comissão especial, composta de 5 membros, para discutir com o Poder Judiciário, um novo regimento de custas para o Estado do Paraná, bem como, o código de organização de divisão judiciária que se encontra nesta Casa, que nós também votamos no dia de hoje. Porque costumeiramente manda-se o código de organização judiciária para a Assembleia como uma "nave mãe", e depois vai pinçando deles algumas comarcas, algumas criações e o código acaba não sendo votado nunca.

Portanto, façamos uma comissão nesta Casa, e que esta comissão discuta em nome do Legislativo com o Judiciário, um novo regimento de custas atualizado, não este de 1970, como também o código de organização judiciária do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de declarar como voto para que nós não deixássemos transparecer, principalmente, que este Poder tenha votado qualquer tipo de aumento que ultrapassasse aquilo que foi colocado na Emenda e Plenário deste Deputado que só tem um artigo, muda a VRS de 57 para 75% da unidade fiscal do Estado.

C DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cuvimos a exposição do Deputado Caio Quitana e, em nome do PT, fiz todos os estudos comparando os valores da tabela que foi aprovada, com as tabelas que estão em vigor, este Deputado entende que não houve erro nem equívoco.

Se a tabela para tirar procuração para a Previdência é um instrumento, um documento menos usado, mas constava da tabela em vigor, e no atual ganha outra especificação, ocorre aquele reajuste. E nós reafirmamos aqui: apoiamos, porque discutimos muito com o Deputado Caio Quitana, a constituição desta Comissão, que, aliás, foi a primeira proposta que fizemos em nome do PT, desta tribuna. E assim mesmo reforçamos o nosso voto ao projeto de lei, o voto da Bancada do PT contrário, porque entendemos que fizemos as análises corretas das tabelas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto aprovado em 3ª Discussão com a Emenda de 2ª Discussão. O projeto irá à Redação Final.

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Educacional das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná - AEDEPAR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado.

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Rural de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado.

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 575/97, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que declara de Utilidade Pública a Central de Movimentos Populares, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado.

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 589/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 073/97, que dispõe sobre aprovação de um ajuste no programa de obras no valor de R\$ 1.700.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 074/97, que dispõe sobre aprovação de um ajuste no programa de obras no valor de R\$ 100.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 094/97, aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 660.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 607/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 095/97, aprova ajuste no programa de obras, no valor de R\$ 470.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 611/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Combate Barreirinha Futebol Clube, com sede e foro no município de Curitiba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado.

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/97, de autoria do Deputado Duffio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Pio XII da Escola Estadual Zuleide Samways - Portes Ensino de 1ª Grau, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado.

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/97, de autoria



do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita de Promoção Social - SEPS, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. **COI.º PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.**

#### ITEM 13

**1.ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei Complementar nº 357/97, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, que institui a Região Metropolitana de Londrina e dá outras providências. **COI.º PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. (Publ. no DA nº 118, de 11.08.97).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 357/97

##### P A R E C E R :

O projeto de lei complementar em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, tem por finalidade, instituir a Região Metropolitana de Londrina, e dá outras providências.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, encontra-se a mesma em condições de prosseguir sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, opinamos pelo Parecer Favorável e posterior aprovação do referido projeto.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 357/97

##### P A R E C E R :

Trata o presente projeto de lei complementar, de autoria do Eminentíssimo Deputado Eduardo Trevisan, da instituição da Região Metropolitana de Londrina, a ser constituída pelos municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiaporá, Rolândia e Tamarana, criando ainda os órgãos diretivos e planejadores desta Região Metropolitana, e situando ainda princípios norteadores da questão.

Trazido o presente processo a análise desta comissão de Finanças, destacamos, a priori, a relevância da matéria em exame, visto que, sob todos os paradigmas de análise que sejam utilizados, efetivamente a região de Londrina e municípios circunvizinhos atualmente já interagem, materialmente, como Região Metropolitana. Assim, o presente projeto visa legalizar uma situação de fato, com benefícios que podem ser projetados, por analogia, do processo que hoje existe na Região Metropolitana de Curitiba.

No que diz respeito à questão financeira, inexistente óbice a tramitação do mesmo, eis que não implica em despesa não previamente orçada para o Erário Público Estadual, dependendo a consolidação de seus gastos de planejamento e orçamento futuro, além da participação direta dos municípios envolvidos.

Pelo exposto, respeitosamente somos de parecer favorável a aprovação do Projeto de Lei nº 134/95, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 15.10.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ANGELO VANHONI - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar nº 357/97.

Comissão Especial para estudar a Proposição nº 22/97 da proposta de emenda à Constituição, designo o Sr. Deputado José Tavares, Antonio Annibelli, Plauto Lirio, Geraldo Cartório e Cesar Seleme.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2860, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, com apoio do Sr. Depu-

tado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2902 a 2905, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2861 a 2863 e 2929, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2864 a 2868, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2866, 2867 e 2872 de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2869, 2909 e 2963 a 2940, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2876 a 2881, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2882, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2886 a 2888, de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2889 de autoria do Sr. Deputado Júlio Ando, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2890 a 2900, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2901 e 2919 a 2921, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2908, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2913, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2914 a 2916, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2917 de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2918, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2922 e 2923, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2924, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2925 a 2928 e 2934 de autoria do Sr. Deputado Marquinhos Alves, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**



Requerimento nº 2935, de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, com apoio do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa, oportunamente, designará a Comissão a ser constituída.

Requerimentos nºs 2930 e 2931, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental com a seguinte

**ORDEN DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 052, 551, 575, 589, 590, 593, 606, 607, 611, 612 e 618/97

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 341/96, 564, 596, 654 e 655/97

Convoco ainda os Senhores Deputados para a Sessão Solene de entrega dos Diplomas de Menção Honrosa aos Irmãos Maristas, a realizar-se às 17:00 horas, do dia 26, no Plenário do Palácio Dezenove de Dezembro.

Levanta-se a sessão.